Um voo seguro começa pelas nossas mãos

Boletim especial do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre
Rua Augusto Severo, 82 - bairro São João - Porto Alegre - RS
CEP 90240-480 - Fones: 51 3343-4302 / 3029-4436 / 3326-0930
www.aeroviarios.org.br - E-mail: atendimento@aeroviarios.org.br
Diretor de Comunicação: Osvaldo Rodrigues - Editado em 13/12/2017
Tiragem: 1.500 exemplares
Pesquisa, redação, editoração e edição: Kalinka Kaminski
O conteúdo deste veículo é de responsabilidade da direção do Sindicato.
Imagens: Capa - Will Silva; Internas: Arquivo do Sindicato e Wikipedia

Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre CUT

Filiado à FENTAC CUT

www.aeroviarios.org.br facebook.com/aeropoa

CONQUISTAS JURÍDICAS DOS AEROVIÁRIOS NOS ÚLTIMOS ANOS

Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre CUT

juridico-poa-printandd 1
13/12/2017 18:11:13

TRABALHADOR AEROVIÁRIO TEM SEU DIREITO GARANTIDO

O Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre tem uma trajetória de 32 anos de luta em defesa dos direitos dos aeroviários gaúchos. Ao longo desse período, garantiu na Justiça, para centenas de trabalhadores, vitórias em processos trabalhistas coletivos e individuais.

O trabalho da assessoria jurídica e da diretoria do Sindicato permitiu que muitos aeroviários pudessem receber, depois de anos lutando na Justiça, valores que resultaram na aquisição de uma casa própria ou carro, na quitação de dívidas ou, simplesmente, na melhoria das suas condições de vida. Essas vitórias asseguraram, acima de tudo, direitos previstos em lei mas que eram desrespeitados pelas empresas. Essa edição especial resgata boa parte dessas conquistas, em defesa dos direitos trabalhistas dos aeroviários gaúchos.

ARTIGO

COMEMOREMOS AS CONQUISTAS CONSCIENTES DE QUE NOSSA LUTA ESTÁ RECÉM COMEÇANDO

Quando penso no caminho que nos trouxe até aqui, de busca por direitos e luta por melhores condições de trabalho dos aeroviários, vejo que andamos juntos, lado a lado ao Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, acompanhando as lutas travadas pela entidade em defesa dos trabalhadores de sua categoria.

Ao longo destes últimos anos, foram muitas lutas e vitórias, das quais hoje colhemos frutos do trabalho duro realizado. Os processos, plantados há anos, hoje finalmente apresentam seu resultado, com a inclusão dos adicionais devidos e pagamento das parcelas vencidas, resultado de muito esforço e trabalho duro, pelo reconhecimento do direito à percepção dos adicionais, bem como ao pagamento dos mesmos, em parcelas vencidas e vincendas.

Porém, quando olho para frente, para o que nos espera, vejo que todo o trabalho duro recém está começando. A reforma trabalhista vem para nos mostrar que agora, mais do nunca, precisamos estar unidos, lutando juntos contra o retrocesso, contra a redução dos direitos e conquistas, que são resultado de lutas passadas, e que estão nos sendo tolhidos pela reforma trabalhista que se apresenta.

Agora, as lutas passadas se mostram um mero preparo para o que está por vir. Precisamos estar fortes, unidos pela manutenção dos direitos pelos quais lutamos e vencemos no passado. Fortes e unidos para buscar novos desafios, novos direitos. Hoje, tenho certeza de que só venceremos esta batalha se estivermos juntos em busca do bem comum.

Nesta luta que está por começar, estejam certos de que estaremos juntos, andando lado a lado com a categoria dos aeroviários, sempre em defesa destes trabalhadores que por muitos anos nos orgulhamos de defender com o máximo empenho, em busca da manutenção e ampliação de direitos e de melhores condições de trabalho.

Desejo para os próximos anos que sejamos fortes e unidos. Certamente, se lutarmos juntos, seremos vencedores! Contem conosco para enfrentar esta dura batalha que está por vir.

Renata Porto Chalegre, ***advogada do escritório CCM Advogados Associados***

juridico-poa-print.indd 2

LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS VALORES PAGOS ENTRE 2007 E 2017 (R$)

Aero	5.500,79
Aeroespaço	47.595,46
Aerojet	1.000,00
Aeromot	127.172,24
Aerosuporte	212.700,61
Air Special Serviços Auxiliares	20.206,03
Alternativa Express	61.101,92
Auto Viação Catarinense Ltda.	500,00
Brasilian Express	7.485,21
Brava Linhas Aéreas	29.336,84
Gol	13.669,94
Infraero	19.493,64
K2 Ground	260.288,88
Konesul	29.686,21
MFC Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo	30.250,48
NHT	48.368,69
Office Express Serviços Auxiliares	65.796,97
Orbital Serviços Auxiliares	61.462,75
ProAir Serviços Auxiliares Transporte Aéreo Ltda.	1.794,01
Real Air	408.310,26
Rio Sul Linhas Aéreas S.A. (Massa falida)	8.938,99
SATA Serviços Auxiliares de Transporte	228.523,64
Seaviation	10.848,64
Swissport	241.625,69
TAM Linhas Aéreas S/A	779.995,95
TAP Manutenção e Engenharia Brasil	2.780.177,86
Tasul Táxi Aéreo	3.800,00
Transprev	4.435,44
Turis Silva	6.472,02
Varig	1.092.176,02
VASP - Viação Aérea São Paulo S/A	1.138.592,75
VEM - Varig Engenharia e Manutenção	341.016,34
Vit Serviços Auxiliares de Transporte	18.901,51
VRG	518.515,44
Webjet	79.384,51
TOTAL PGTO DE 2007 A 2017	8.705.325,73

"Certo dia, recebi uma ligação do Sindicato, que dizia ter um cheque para mim, referente a uma ação trabalhista. Respondi: é mesmo? Nem sabia que tinha essa ação! Sindicato sério e atuante é assim. Está sempre a frente, cuidando dos nossos interesses. Agradeço por todos os movimentos que o Sindicato fez em nossa defesa ao longo dos quase 20 anos em que estive aeroviária. E aconselho a todos os trabalhadores que participem dos seus sindicatos, porque ainda é o melhor instrumento que temos para proteger nossos direitos".

LOURDES, EX-VASP

13/12/2017 16:00:05

LISTAGEM POR EMPRESA
LEVANTAMENTO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Aeroespaço	197.966,62
Aeromot	13.283,26
Air All Serviços Aeroportuários	2.256.284,17
Air Special Serviços Auxiliares	3.620,70
K2 Ground	91.687,39
Office Express Serviços Auxiliares	90.183,17
Orbital Serviços Auxiliares	4.550,75
ProAir Serviços Auxiliares Transporte Aéreo Ltda.	295.403,28
Rio Sul Linhas Aéreas S.A. (Massa falida)	36.664,31
S.A. (Viação Aérea Riograndense)	53.459,21
SATA Serviços Auxiliares de Transporte	32.086,42
Swissport	643.449,85
TAM Linhas Aéreas S/A	8.898.010,14
TAP Manutenção e Engenharia Brasil	957.576,86
VEM - Varig Engenharia e Manutenção	682.607,70
VASP - Viação Aérea São Paulo S/A	7.015.262,73
Vit Serviços Auxiliares de Transporte	62.267,10
VRG Manutenção Pernoite	741.495.25
Gol Manutenção Dia	11.000.000,00
TOTAL PGTO DE 2007 A 2017	**33.075.858,91**

PROCESSOS COLETIVOS EM ANDAMENTO

EMPRESA	SETORES	ANO DAS AÇÕES	TRABALHADORES REPRESENTADOS		
TAP	Estruturas	2012 a 2016	90		
	HCMG		230		
	EIA		60		
	Inspeção		23		
	Revisão		10	SUB-TOTAL POR	
	Cabines		50	EMPRESA	
	Poltronas		6	469	
GOL	Despachante técnico	2010 a 2012	28		
	Manutenção		69		
	Limpeza		50	147	
LATAM	Rampa	2010 a 2014	185		
	Limpeza		47		TOTAL DE
	Almoxarifado		11		TRABALHADORES
	Despachante técnico		10		REPRESENTADOS
	Manutenção		81	334	**1206**
SWISSPORT	Rampa	2010 a 2015	240		
	Limpeza		16	256	

jacobs-poa-print.indd 3 13/12/2017 16:00:21

ANTIGA VARIG

Em dezembro de 2015, foi realizada audiência para tratar do rateio do crédito trabalhista de 70 milhões de reais aos ex-funcionários da Varig Viação Aérea Rio Grandense, Nordeste Linhas Aéreas e Rio Sul.

Os recursos foram liberados em ação trabalhista movida pelos sindicatos ligados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac/CUT), incluindo o Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre.

O pagamento dos credores da antiga Varig e dos aposentados e pensionistas do grupo Varig, Vasp e Transbrasil tem sido uma luta incansável da Federação e dos sindicatos e, somente por conta dela, os aeroviários e aeronautas dessas companhias aéreas tiveram seus direitos reconhecidos pela Justiça.

As entidades sindicais entraram com ação em defesa dos ex-funcionários das empresas na época em que a Varig teve a falência decretada. A Massa Falida S.A. (antigo Grupo Varig) atualizou, em fevereiro de 2017, os créditos a serem recebidos pelos cerca de 12 mil credores trabalhistas, de 70 para 82,5 milhões de reais.

Em 3 de agosto de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, manter a sentença que condena a União a indenizar a massa falida da antiga Varig pelo congelamento de tarifas no Plano Cruzado, num valor que pode chegar a 6 bilhões de reais. A decisão foi uma importante vitória, acompanhada de perto por trabalhadores e sindicalistas.

AERUS

Desde 2006, quando a Varig parou de voar e o Instituto Aerus sofreu intervenção do governo, os trabalhadores da Varig e Transbrasil participantes do fundo de pensão, liderados pela Fentac/CUT e sindicatos filiados, e organizados em comissões de aposentados, lutam para garantir o pagamento dos benefícios.

A ação civil pública ingressada pelas entidades, através do escritório Castagna Maia Advogados, responsabilizando a União pela falência do Aerus, vem sendo vitoriosa, ainda que não tenha sido concluída, garantindo paulatinamente, ao longo dos anos, os direitos dos trabalhadores.

De 2006 a 2014, os aposentados e pensionistas receberam apenas 8% do valor a que tinham direito. Até que, em setembro de 2014, os sindicatos conseguiram uma liminar de antecipação de tutela que obriga a União a realizar o crédito devido, possibilitando o pagamento integral dos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2014, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei que garantiu R$ 248,3 milhões do orçamento de 2015 da União para regularizar os benefícios dos mais de 10 mil participantes do fundo. Desde então, foi sendo normalizado o pagamento aos aposentados e pensionistas. Infelizmente, cerca de 1,5 mil participantes faleceram ao longo desse período de luta.

O secretário-geral da Federação e dirigente do Sindicato, Celso Klafke, destaca que estamos no caminho certo para uma solução definitiva. "Até agora, foram somente vitórias. Gostaríamos que fosse mais rápido, por conta da idade dos trabalhadores, mas estamos otimistas de que vamos vencer". A ação das entidades já garantiu quase 1 bilhão de reais para os trabalhadores.

TAP ME

Desde 2010, as ações judiciais ingressadas pelo Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre em busca do adicional de periculosidade ou insalubridade para os trabalhadores da TAP ME, em vários setores, começam a obter sentenças vitoriosas na Justiça. Dentre os setores contemplados estão os de Estruturas, MG/HC/CA, EIA.

Em julho de 2015, é aprovado pelos aeroviários, em assembleia, que o Sindicato firme acordo de horas extras com a TAP ME, tendo como contrapartida a estabilidade no emprego até o final da sua vigência, em 31 de dezembro.

Em 25 de abril de 2016, o Sindicato reúne-se em audiência com representantes do Ministério Público do Trabalho, para tratar de denúncia feita pela entidade, em dezembro de 2015, de assédio moral promovido pelo presidente da empresa na época, Nestor Koch, em reunião com os trabalhadores no final daquele ano. Na ocasião, Koch solicitou aos funcionários que retirassem as ações de periculosidade e insalubridade movidas contra a empresa, caso contrário a TAP ME fecharia suas portas. Diante do assédio, alguns chegaram a pedir ao Sindicato para sairem dos processos.

Em 9 de junho, o Sindicato convoca 11 aeroviários para tratar de ação coletiva na sede.

Em julho de 2016, a TAP ME é autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) por deixar de apresentar e discutir o documento-base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais junto à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), assim como utilizar equipamento de proteção individual (EPI) sem efetuar a seleção adequada tecnicamente ao risco que o trabalhador está exposto (NR-9) e também deixar de realizar exames complementares no exame médico ocupacional (NR-7). Em dezembro do mesmo ano, o Sindicato faz novo chamamento para os trabalhadores receberem recursos oriundos de ação contra a TAP ME.

Em 2017, o Tribunal Superior do Trabalho nega quatro pedidos da TAP ME de anular ações de periculosidade. As decisões são importantes vitórias para os trabalhadores.

Em dezembro, depois de meses de negociação por conta da demissão de mais de cem trabalhadores sem nenhum benefício, o Jurídico do Sindicato garante um acordo com compensações, como a manutenção do plano de saúde e das passagens aéreas, que é aprovado por unanimidade pelos trabalhadores.

Com os processos em curso, a expectativa é que os aeroviários recebam mais 30 milhões de reais.

juridico-poa-print.indd 4

PLANTÕES JURÍDICOS

A assessoria jurídica do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre realizou plantão, na Praça de Alimentação do Aeroporto Salgado Filho, em 27 de outubro de 2015 e 27 de julho de 2016, para tirar dúvidas dos trabalhadores sobre as ações coletivas movidas pela entidade. Também fez plantão em frente à sede da TAP ME, em 18 de novembro de 2015 e 6 de abril de 2016.

Na sede, o setor Jurídico atende, em regime de plantão, nas terças-feiras à tarde. No escritório da CCM Advogados, o atendimento presencial acontece de segunda à quinta, ou pelo fone 3211-4233.

Além dos plantões, todas as semanas os diretores sindicais dão informações sobre os processos no Sindicato Móvel, na tenda montada nos dois terminais do Aeroporto e em frente à TAP ME.

REFORMA TRABALHISTA

Em agosto de 2017, o Sindicato participou do Congresso Extraordinário da CUT, convocado para discutir a Reforma Trabalhista. Dentre as mudanças que a nova legislação impõe destacam-se a possibilidade de jornada fracionada (intermitente), divisão das férias, negociação direta entre patrão e empregado, trabalho de gestantes em áreas insalúbres e a não necessidade de homologação de rescisões trabalhistas junto à entidade sindical. Também torna mais arriscado e caro entrar na Justiça do Trabalho contra as empresas.

ADICIONAL NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os trabalhadores têm obtido vitória nas ações coletivas movidas pelo Sindicato por adicional de periculosidade para as áreas de Operação e Manutenção de Aeronaves. Os juízes dão ganho de causa baseados na NR-16, que define como periculosas as atividades e operações nos postos de reabastecimento de aeronaves, garantindo o adicional a todos os trabalhadores que atuam nessas atividades, ou operam em áreas de risco no Aeroporto e nos hangares.

RENATO SOUZA

Em janeiro de 2016, o Sindicato denuncia a empresa Renato Souza, que presta serviço na área de carga para a Avianca, por assédio moral contra funcionários. Alguns trabalhadores já pediram demissão, enquanto outros vêm sendo demitidos por "justa causa", de forma indevida, alerta a entidade. Os aeroviários trabalhavam em uma barraca extremamente quente e enfrentavam péssimas condições de trabalho. Diante disso, o Sindicato prestou denúncia à SRTE e alertou para a corresponsabilidade da Avianca no caso.

13/12/2017 16:00:07

AUXILIARES

AEROESPAÇO

Em 17 de junho de 2016, o Sindicato convoca 19 trabalhadores da AeroEspaço a vir à sede tratar da ação judicial movida contra a empresa.

AIRSPECIAL

Desde 2014, o Sindicato vem alertando os trabalhadores da AirSpecial sobre as inúmeras irregularidades cometidas pela empresa de serviços auxiliares. A entidade moveu contra a empresa diversos processos judiciais para reverter essa situação, inclusive um dissídio coletivo. A AirSpecial, no entanto, persiste no descumprimento dos direitos e numa postura antissindical, para enfraquecer a luta dos aeroviários.

Em maio de 2015, a empresa incluiu, na folha de pagamento, os reajustes devidos aos trabalhadores, reconhecendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2015/16 firmada pelo Sindicato junto ao Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA).

Em outubro de 2017, dezessete aeroviários da AirSpecial são convocados a receber valores na sede, da ação movida na 11ª Vara, que soma mais de 451 mil reais.

AEROMOT BRANDT

Desde agosto de 2016, a Aeromot/Brandt vem atrasando os pagamentos de salários e outras verbas trabalhistas, como FGTS, cesta básica, ou mensalidade do plano de saúde. Em abril de 2017, o Sindicato denuncia a empresa à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho.

PELO BR

VIT SERVIÇOS AUXILIARES

Em agosto de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) reconheceu, por unanimidade, o enquadramento sindical na categoria de aeroviário de um trabalhador que atuava como auxiliar de serviços operacionais na Vit Serviços Auxiliares, no Aeroporto Internacional de Belém. A decisão é baseada no decreto 1.232/1962, que regulamenta a profissão. O trabalhador atuava na pista do Aeroporto, no carregamento de bagagens e carga.

O aeroviário teve garantido na Justiça o pagamento das verbas relacionadas à aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, como diferença salarial, cesta básica, vale-alimentação, multa, plano de previdência privada, assim como das diferenças de horas extras, intrajornada, adicional noturno e de periculosidade. As informações são do TRT-8.

SWISSPORT

Em 2015, o Sindicato convoca 27 aeroviários da Swissport para buscar na sede valores obtidos em ação judicial por adicional de periculosidade.

Em novembro do mesmo ano, outros 32 aeroviários da Swissport recebem na sede valores oriundos de ação judicial por adicional de periculosidade movida pela entidade.

Em abril de 2016, onze aeroviários são chamados à sede para tratar de ação judicial.

AIR-ALL

Em 19 de agosto de 2016, o Sindicato convoca 33 trabalhadores da Air-All Serviços Aeroportuários Ltda para tratar de ação, na sede.

VALVER

Em agosto de 2016, o Sindicato convoca quinze aeroviários da Valver Serviços Auxiliares para tratar de ação coletiva.

IN FLIGHT

Em dezembro de 2016, o Sindicato denuncia a InFlight Solutions, que assumiu as operações da VitSolo, por atraso no pagamento do FGTS, da primeira parcela do 13° salário, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, além da falta de uniforme.

HIGI SERV

Em fevereiro de 2017, o Sindicato denuncia que a Higi Serv não repassa o reajuste da CCT aos seus funcionários.

GOL

Em março de 2016, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou improcedente o recurso da Gol na ação movida pelo Sindicato pelo adicional de periculosidade aos trabalhadores da Manutenção. Com isso, a ação volta para o Tribunal Regional do Trabalho e pode ir para cálculos.

Em agosto de 2017, o Sindicato convoca dez aeroviários da VRG/Gol para buscar recursos oriundos de ação vitoriosa na Justiça, movida na 23ª Vara.

Em setembro, o Sindicato e a Gol chegam a uma proposta de acordo que contempla o pagamento do adicional de periculosidade à Manutenção. O acordo beneficia 59 trabalhadores, que vinham sendo representados pelo Sindicato na Justiça, em ação na 29ª Vara do Trabalho.

Em outubro, dez aeroviários da VRG são convocados a receber valores na sede, da ação movida na 23° Vara, totalizando 711 mil reais pagos em seis parcelas.

No mesmo mês, a Justiça homologa o acordo aprovado pelos trabalhadores da Gol envolvidos na ação pelo adicional de periculosidade. O valor acordado, de quase 12 milhões de reais, será pago em doze parcelas, e foi ampliado por conta da troca do indexador de reajuste mensal para o IPCA-E, ao invés da TR. O acordo também antecipou o pagamento, uma vez que sem ele seria preciso aguardar o andamento da ação até o final.

AEROVIÁRIO DESCOBRE QUE TINHA 30 MIL A RECEBER EM AÇÃO TRABALHISTA

O aeroviário Cleber Flech da Rosa descobriu que havia vencido uma ação trabalhista movida pelo Sindicato ao ler matéria no jornal Zero Hora. Ele recebeu 30 mil reais, valor que aguardava desde 2004. Quitou dívidas e adquiriu bens. Na foto, o trabalhador ao lado de diretores sindicais, na sede.

FILIE-SE E FORTALEÇA A LUTA DOS AEROVIÁRIOS

O resultado financeiro das ações movidas pelo Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre obtido pelos trabalhadores que participaram desses processos é fruto dos esforços da direção da entidade e equipe de advogados para construir peças processuais consistentes, e dos trabalhadores que confiaram na entidade para representá-los nas ações.

O Sindicato ressalta a importância dos aeroviários filiarem-se à entidade, para que possa representá-los junto à Justiça, defendendo seus direitos trabalhistas. Além disso, associar-se é fortalecer a luta em defesa da categoria e dos trabalhadores brasileiros. Participe, defendendo seu presente e futuro, filie-se!

jornal-aero-poa-print.indd 5 13/12/2017 10:00:05

AZUL

Em março de 2016, o Sindicato denuncia a Azul Cargo à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) por descumprir as normas NR 24.1 e 24.2, que versam sobre banheiro, vestiário e cozinha na empresa, e pede uma fiscalização do órgão.

Em julho do mesmo ano, o Sindicato atua para solucionar os problemas nas esteiras de bagagem, com excesso de ruído, além de muito distantes do *check in* da Azul. A entidade buscou resolver o caso com a Infraero e a aérea, que atua no TPS2. Diante da falta de ação das empresas, as esteiras acabaram sendo interditadas pela SRTE, e só assim foi possível resolver o problema, com a devida padronização das instalaçoes do *check in* e das cadeiras utilizadas pelos trabalhadores, cumprindo as normas de segurança e ergonomia. No TPS1, onde atuam outras empresas, os problemas com as esteiras foram solucionados com medidas como a lubrificação de engrenagens e a colocação de carenagens.

VASP

Desde 2015, os ex-funcionários da Vasp com ações judiciais em fase de execução vem sendo chamados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para habilitar-se no processo e participar do rateio dos valores arrecadados com a venda de uma fazenda de Wagner Canhedo.

Os aeroviários que ingressaram com ação via advogados do Sindicato tiveram seus créditos habilitados pelos escritórios que atendem a entidade. As habilitações foram fruto de ação civil pública instaurada a partir da atuação dos sindicatos de trabalhadores, e os recursos com a venda da fazenda vão antecipar o pagamento de créditos trabalhistas.

Em agosto daquele ano, a Justiça aceitou o pedido dos sindicatos de que todos os credores trabalhistas da Vasp recebam 30 mil reais mais um percentual proporcional ao crédito, no limite de 150 mil reais.

Em setembro de 2016, 148 aeroviários representados pelo Sindicato nas ações da Vasp começam a receber suas indenizações. As ações tiveram início em 1998, antes mesmo de ocorrer o fechamento da empresa.

Em dezembro de 2016, 143 trabalhadores são beneficiados em uma das ações movidas pelo Sindicato.

LATAM

Em julho de 2014, após meses de luta, o Sindicato conseguiu, através de acordo no Ministério Público do Trabalho, provocado por denúncia feita pela entidade, que a TAM Linhas Aéreas fornecesse sapatos, meias sociais e cintos no rol de uniformes disponibilizado aos trabalhadores. Se a empresa exige o uso desses itens, deve fornecê-los, confirmou o entendimento do órgão, que instaurou uma ação civil pública contra a companhia. Os itens passaram a ser entregues em dezembro (dois pares de sapatos sociais, dois pares de meias e dois cintos por ano para todos os funcionários – aeroviários e aeronautas – da TAM no país), e a empresa ainda pagou uma multa.

Em outubro de 2015, os aeroviários da Manutenção da TAM obtém despacho favorável do juiz na ação por adicional de periculosidade movida desde 2010. Em novembro, o retroativo é liberado para 51 trabalhadores e o adicional é incluído na folha de pagamento, somando 6 milhões de reais.

Em 28 de abril de 2016, o Sindicato convoca oito trabalhadores de uma ação judicial movida contra a TAM.

Em 23 de maio, o Sindicato convoca outros oito aeroviários da TAM para tratar de ação coletiva. Em 9 de junho, convoca mais dez trabalhadores.

O Sindicato fiscalizou, em junho daquele ano, o pagamento pela TAM do FGTS dos aeroviários da Manutenção, por conta do processo movido pela entidade.

Em julho, o Sindicato convoca vinte trabalhadores para tratar de ação judicial.

A TAM vira Latam e, em 22 de agosto, é autuada pela SRTE, ao lado da Infraero, após uma investigação sobre a morte do trabalhador Adriano Luiz Schuch, que em julho de 2016 foi atropelado na pista. O A320 estava sendo rebocado por um trator, de madrugada, sob forte chuva. A SRTE proibiu a Latam de realizar operações de reboque de aeronaves com o uso de tratores agrícolas, de permitir que trabalhadores executem serviços na pista sem o colete sinalizador (refletivo) ou que atuem em dias de tempestades com raios abaixo de 3 km, seguindo os padrões da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo).

Em julho de 2017, o Sindicato vence na Justiça na ação movida em busca do adicional de periculosidade para os aeroviários da pista. Em setembro, o Sindicato vence mais uma ação por adicional de periculosidade na Latam.

Em outubro, outros quinze trabalhadores da Latam e da Gol são beneficiados com ações do Sindicato.

Também em outubro, a entidade realiza plebiscito sobre o acordo para resolver os problemas no ponto eletrônico. O acordo estabelece um prazo de um ano para a Latam regularizar o sistema, além do pagamento de uma cesta básica (R$ 381,64), em dezembro, para os funcionários, como compensação. Até lá, a empresa compromete-se a imprimir um extrato mensal, via solicitação no início do mês, de cada trabalhador, para a conferência do ponto.

jurídico-poa-print.indd 6 13/12/2017 10:11:47